

Nota 1 - No item " Obrigações Patronais", incluem-se os valores dos elementos de despesa 07- Contribuição patronal a entidade de previdência privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota 2 - Nas deduções, não foram excluídas as despesas decorrentes de decisão judicial de fontes não vinculadas, em razão de dificuldades operacionais na apuração das competências, o que impossibilitou a exclusão das parcelas porventura existentes de períodos anteriores ao de referência.

Nota 3 - Inconsistência no Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2018, tendo em vista a inclusão indevida dos Restos a Pagar Não Processados REINSCRITOS, o que gerou as seguintes diferenças:

Despesa Bruta com Pessoal/ Pessoal Ativo/Vencimentos, Vantagens e outras Despesas Variáveis publicada a maior em R\$ 17.515,65;

Despesas não computadas no item "Despesas de Exercícios Anteriores " publicada a maior em R\$ 13.030,97 .

Os novos valores dos dados que foram afetados são:

a) Restos a Pagar Não Processados Bruto R\$ 9.163.049,33;

b) Restos a Pagar Não Processados Ativo R\$ 8.674.399,06;

c) Dedução Restos a Pagar Não Processados item " deduções - despesas exercícios anteriores" R\$ 1.111.437,27;

d) Total Deduções de Restos a Pagar Não Processados R\$ 1.119.792,08;

e) Restos a Pagar Não Processados Líquido R\$ 8.043.257,25;

f) Total Despesa Bruta com Pessoal (somada a despesa últimos 12 meses ao Restos a Pagar Não Processados Inscrito) R\$ 1.803.053.209,90;

g) Total deduções (somada a despesa últimos 12 meses ao Restos a Pagar Não Processados Inscrito ) R\$ 201.758.332,43;

h) Despesa Líquida com Pessoal (somada a despesa últimos 12 meses ao Restos a Pagar Não Processados Inscrito ) R\$ 1.601.294.877,47.

Dada a pequena diferença, não ocorreu alteração do percentual sobre a Receita Corrente Líquida que foi publicado.

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

R\$ 1,00	
DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.871.635.355,34
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	215.991.491,86
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.655.643.863,48
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,202249%

	% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO/1		
LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,224524%	1.837.990.780,18
Resol CNJ 5/2005	0,224305%	1.836.198.009,78
Resol CNJ 26/2006	0,306402%	2.508.257.696,41
Resol CNJ 177/2013	0,305833%	2.503.599.767,84

Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3--

Nota<sup>1</sup>: A partir de 3º Quadrimestre de 2011 por força do Acórdão Nº 3244/2011 - TCU - Plenário, cada Tribunal Regional Federal passou a publicar o seu Relatório de Gestão Fiscal e os limites foram individualizados por Tribunal, sendo que, em período anterior, o Conselho da Justiça Federal - CJF publicava o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal, consolidando todos os Tribunais Regionais Federais e CJF com limite único para toda a Justiça Federal.

Nota<sup>2</sup>: Limite de 0,224524% original do órgão, definido anteriormente à criação do CNJ e registrado no Proc. Adm. SIGED nº 2001160727.

WOLFGANG STRIEBEL  
Diretora da Secretaria de Controle Interno

ROBERTO CAPELETI  
Diretora de Orçamento, Finanças e Contabilidade

MAGDA LUCIA SCHEUNEMANN CIDADE  
Diretora-Geral

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

## PORTARIA Nº 443, DE 20 DE MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao primeiro quadrimestre de 2019, constante dos anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

## ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

R\$ 1,00														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 meses)													
	LÍQUIDAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
Maí/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Set/2018	Out/18	Nov/2018	Dez/20/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.917.762,68	14.850.108,65	14.871.210,05	15.662.983,28	15.111.737,72	20.991.308,60	28.164.176,15	19.489.527,73	21.910.004,12	16.487.455,57	16.462.254,34	16.360.051,13	215.278.580,02	-
Pessoal Ativo	12.081.841,42	11.893.473,19	12.006.632,65	12.702.222,46	12.179.571,66	18.148.813,47	23.763.862,31	16.058.406,09	17.332.392,65	13.386.855,35	13.392.252,30	13.291.809,76	176.238.133,31	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.353.895,35	10.143.474,69	10.244.011,25	10.928.450,13	10.406.161,96	16.342.514,76	20.089.569,80	14.162.596,04	15.431.454,73	11.476.141,08	11.457.210,07	11.387.025,59	152.422.505,45	-
Obrigações Patronais	1.727.946,07	1.749.998,50	1.762.621,40	1.773.772,33	1.773.409,70	1.806.298,71	3.674.292,51	1.895.810,05	1.900.937,92	1.910.714,27	1.935.042,23	1.904.784,17	23.815.627,86	-

Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.835.921,26	2.956.635,46	2.864.577,40	2.960.760,82	2.932.166,06	2.842.495,13	4.400.313,84	3.431.121,64	4.577.611,47	3.100.600,22	3.070.002,04	3.068.241,37	39.040.446,71	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.973.218,97	2.038.442,65	2.007.314,97	2.103.498,39	2.074.903,63	1.985.232,70	3.081.190,75	2.551.732,21	3.196.667,64	2.144.761,28	2.144.786,83	2.143.026,16	27.444.776,18	-
Pensões	862.702,29	918.192,81	857.262,43	857.262,43	857.262,43	857.262,43	1.319.123,09	879.389,43	1.380.943,83	955.838,94	925.215,21	925.215,21	11.595.670,53	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.841.164,01	2.963.343,19	2.899.601,72	3.056.153,18	2.934.809,14	2.506.127,75	3.156.355,80	744.711,90	4.577.611,47	3.103.249,61	3.070.002,04	3.096.231,28	34.949.361,09	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.242,75	6.707,73	35.024,32	95.392,36	2.643,08	20.514,47	75.165,05	568.611,69	-	2.649,39	-	27.989,91	839.940,75	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.835.921,26	2.956.635,46	2.864.577,40	2.960.760,82	2.932.166,06	2.485.613,28	3.081.190,75	176.100,21	4.577.611,47	3.100.600,22	3.070.002,04	3.068.241,37	34.109.420,34	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.076.598,67	11.886.765,46	11.971.608,33	12.606.830,10	12.176.928,58	18.485.180,85	25.007.820,35	18.744.815,83	17.332.392,65	13.384.205,96	13.392.252,30	13.263.819,85	180.329.218,93	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	818.616.620.128,93	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	180.329.218,93	0,022029
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	375.957.868,96	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	357.159.975,51	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	338.362.082,06	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE, Emitido em 20/MAI/2019 às 16h e 15min

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 313, de 16/5/2019, publicada no D.O.U. nº 95, Seção 1, de 20/5/2019

## ANEXO II

### UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

#### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### MAIO DE 2018 A ABRIL DE 2019

		R\$ 1,00	
		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		215.278.580,02	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		34.949.361,09	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		180.329.218,93	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		818.616.620.128,93	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,022029%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO <%> \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,046058%	377.038.442,90
	Resol CNJ 5/2005 Ato decorrente \2:	0,046012%	376.661.879,25
	Resol CNJ 26/2006 Ato decorrente \2:	-	-
	Resol CNJ 177/2013 Ato decorrente \2:	0,045926%	375.957.868,96
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3	-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

IBERÊ COMIN NUNES  
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE  
Secretário de Controle Interno

HUGO PEREIRA FILHO  
Diretor - Geral

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO  
Presidente do Tribunal

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

### PORTARIA Nº 367, DE 22 MAIO DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, DES. JOSÉ DOS ANJOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, no teor da Portaria 389, de 14/6/18, da Secretaria do Tesouro Nacional e no item 9.4 do Acórdão 553/2017 - Plenário, de 29/3/2017, do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre maio de 2018 a abril de 2019, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ DOS ANJOS

